

20/11/2020 14:00:19 - POLÍTICO

ESPECIAL: FIM DO AUXÍLIO ESCANCARA DESIGUALDADE E PRESSIONA GOVERNO A MANTER BENEFÍCIO

Por Daniel Weterman

Brasília, 20/11/2020 - O auxílio emergencial diminuiu a pobreza no Brasil durante a pandemia de covid-19, impulsionou as vendas no comércio e até aumentou a arrecadação em alguns Estados, apesar do baque na economia. O fim do benefício, porém, pode levar a desigualdade no País de volta ao patamar dos anos 1980. O cenário pressiona o governo do presidente Jair Bolsonaro a prorrogar ou substituir o pagamento por um programa que eleve gastos a partir de 2021.

O governo ainda não anunciou o que virá a partir do ano que vem. Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu a possibilidade de prorrogar o auxílio emergencial se houver uma segunda onda de covid-19. Na quinta-feira, 19, o chefe da pasta declarou que o governo vai manter o Programa Bolsa Família como está se não houver uma nova medida sólida fiscalmente. Setores do próprio Executivo e do Congresso Nacional, porém, querem tirar do papel um programa de renda mínima.

O governo prevê gastar um total de R\$ 322 bilhões com o auxílio emergencial, pago a trabalhadores informais e desempregados, neste ano. Até esta quinta, foram pagos R\$ 261,5 bilhões em benefícios de R\$ 600 e R\$ 300 para 68 milhões de beneficiários. Um benefício do mesmo tamanho é considerado inviável a partir do próximo ano, quando o governo volta a ter de respeitar o teto de gastos, regra que proíbe o crescimento real de despesas. Em 2020, os gastos relacionados à crise ficaram fora dessa limitação.

O efeito que o auxílio causou na economia aumentou a pressão para a elaboração de um programa social mais robusto do que o Bolsa Família a partir do ano que vem. O presidente Jair Bolsonaro, que teve índices de popularidade impulsionados pelo benefício ao longo do ano, planeja lançar um programa de renda, mas ainda não anunciou uma fonte de financiamento e quais despesas serão cortadas para abrir espaço para o pagamento. O governo tem prometido deixar tudo dentro do teto.

Após cair ao longo do primeiro ano de governo, a popularidade do presidente Jair Bolsonaro disparou em setembro, na comparação com dezembro do ano passado. Pesquisa realizada pelo Ibope a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que a fatia da população que considera o governo ótimo ou bom é de 40%, 11 pontos a mais do que em dezembro de 2019 (29%). O índice é o maior desde o início do mandato de Bolsonaro, que pôs em campo seu projeto de reeleição em 2022.

Contato: daniel.weterman@estadao.com

20/11/2020 14:00:20 - POLÍTICO

ESPECIAL:AUXÍLIO REDUZ MOMENTANEAMENTE POBREZA,QUE PODE CHEGAR A UM QUARTO DA POPULAÇÃO EM 2021

Por Daniel Weterman

Brasília, 20/11/2020 - Com o auxílio emergencial e o benefício pago para quem teve o salário reduzido nas empresas, a renda média da população brasileira foi de R\$ 1.283 em julho. Sem os auxílios, o valor cairia para R\$ 1.146, nos cálculos do sociólogo Rogério Barbosa, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em setembro, após a flexibilização do isolamento social e o retorno das pessoas às atividades, a renda foi para R\$ 1.321 - seria de R\$ 1.187 sem a ajuda do governo.

Entre os mais pobres, a renda até aumentou, recuperando uma perda observada desde 2014. Ou seja, as pessoas não saíram efetivamente da pobreza, mas experimentaram uma situação que não era observada há pelo menos seis anos. O índice de pobreza (situação de quem recebe até um terço do salário mínimo) caiu de 18,7% em 2019 para 11% em setembro de 2020. Sem os benefícios, poderia disparar para 24%, nos cálculos de Barbosa. Os 40% mais pobres viram sua renda aumentar neste ano na comparação com 2019.

O aumento momentâneo da renda esconde um cenário preocupante para o próximo ano, de acordo com o especialista. O auxílio diminuiu a diferença de renda entre os mais pobres e os mais ricos e o índice de Gini, que mede a desigualdade, momentaneamente. Com o fim do benefício, a economia ainda não recuperada e aumento na fila do desemprego, a pobreza pode atingir um quarto da população e a desigualdade no País pode voltar ao patamar de 1980, situação que pressiona o governo a colocar alguma coisa no lugar do benefício.

Nessa projeção, o crescimento da informalidade é um alerta. "A informalidade funciona como um colchão contra as crises, mas o risco é o País voltar a um patamar com mais de 50% de trabalhadores informais, neste momento somos 40%", afirmou Barbosa, apontado para impactos na produtividade e no déficit previdenciário, já que os informais não contribuem para a Previdência. "Vamos ter um desemprego muito alto sustentado por muito tempo e uma informalidade crescendo como estratégia de sobrevivência. Corremos o risco de tornar isso muito parecido com os anos 1980."

A situação impacta diretamente o mercado de trabalho. De acordo com a pesquisa Pnad-Covid do IBGE, 15,3 milhões de pessoas não procuraram trabalho por causa da pandemia ou por falta de trabalho na localidade em setembro. "Quando a pandemia passar, nem sabemos quando vai acontecer. Os pequenos negócios, que são os que mais empregam, não voltarão a funcionar automaticamente. Se não houver um tipo de auxílio para segurar as pessoas que ficarão fora do mercado de trabalho, podemos ter problemas muito graves com a desigualdade."

A pressão não vem apenas dos mais pobres, mas também dos comerciantes. Dados do Banco Central indicam que a alta nas compras com cartão de débito durante a crise foi concentrada no Norte e Nordeste, locais mais dependentes do auxílio. O Boletim Regional do BC divulgado no último dia 13 desnuda o quadro: na comparação com o período pré-pandemia, todas as regiões tiveram aumento das vendas no comércio ampliado em agosto (Norte, 16,8%; Nordeste, 7,3%; Centro-Oeste, 3,6%, Sul, 2,7%, e Sudeste, 2%).

Os governadores também pressionam por mais auxílio. O benefício fez a arrecadação do ICMS, principal fonte de receita de Estados e gerado pelo consumo, crescer até 17% durante a crise de coronavírus, conforme mostrou o Estadão. "Fiquei animado esses dias ao ver uma fala do ministro Paulo Guedes. Foi a primeira vez que eu vi ele colocando isso 'olha eu admito que pode ter a prorrogação', porque é a lógica, isso causa déficit ao País? Causa. Mas é também o que sustenta o PIB brasileiro", afirmou o governador do

27/Nov/2020 21:16

Piauí, Wellington Dias (PT), em entrevista ao "Papo com Editor", do **Broadcast Político**.

Contato: daniel.weterman@estadao.com

20/11/2020 14:00:22 - POLÍTICO

ESPECIAL: MERCADO VÊ GASTO EXCESSIVO COM AUXÍLIO E ESTÍMULO INSUFICIENTE PARA EMPRESAS

Por Daniel Weterman

Brasília, 20/11/2020 - Os gastos do governo federal com o auxílio emergencial provocaram questionamentos sobre a dose do benefício pago durante a pandemia de covid-19. O governo reservou R\$ 322 bilhões para o repasse a trabalhadores informais e desempregados. Por outro lado, ficou sem executar todos os recursos destinados à compensação da redução de jornada e trabalho nas empresas, calculados em R\$ 51,6 bilhões. O motivo: muitos negócios simplesmente fecharam durante a crise.

Estados do Nordeste e do Norte foram os mais beneficiados pelo auxílio emergencial. Nas duas regiões, 38,14% e 36% da população, respectivamente, receberam o pagamento. "O que a princípio poderia fazer sentido, pois são classes de renda mais vulneráveis, não foi eficaz em criar demanda por serviços, a categoria mais afetada pela crise, não permitiu acúmulo de poupança e gerou também um gasto fiscal muito elevado", afirmou o economista-chefe do Asa Investimentos, Gustavo Ribeiro.

Com a economia diretamente afetada pela crise de covid-19, há um temor dos efeitos para 2021. O programa do governo que concedeu um benefício para quem teve o salário e a jornada reduzidos nas empresas evitou demissões, pois ficou vinculado à manutenção dos postos de trabalho, mas teve 57% do orçamento executado em relação ao total estimado. "Pequenos e micro empresários quebraram, não eram elegíveis ao benefício assistencial e quem está quebrando não pode pegar crédito. Infelizmente, gastamos muito, rápido e mal", comentou o diretor do Asa e ex-secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, que projeta um cenário de crescimento da economia no próximo ano, mas ainda impactado pela incerteza em relação às despesas públicas.

Recentemente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou que o gasto com o auxílio emergencial durante a pandemia pode ter sido exagerado. Depois das eleições municipais, o governo deve anunciar que programa terá para 2021, mesmo que seja para manter o orçamento do Bolsa Família, planejado em R\$ 34,9 bilhões. "O valor do auxílio continuaria sendo adequado se tivéssemos cumprido o distanciamento social depois de julho", comentou o sociólogo Rogério Barbosa, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Além de estudar um incremento no Bolsa Família, o governo federal avalia lançar um programa de microcrédito para trabalhadores informais no lugar do auxílio emergencial. O financiamento, porém, pode ficar longe do impacto do repasse feito na covid-19. "Pode ajudar, mas evidentemente não tem nem de longe a potência da transferência fiscal direta", observou Carlos Kawall. Rogério Barbosa aponta outro entrave: a dúvida se o programa irá atrair bancos privados em função do risco de inadimplência. "Se o Estado não banca os riscos sociais nesse momento, muito improvável que o setor privado o faça."

Contato: daniel.weterman@estadao.com